



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Ofício nº 358/2024.GAB.PREF.

Campo Bom, 09 de dezembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador Professor JEFERSON NUNES  
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores  
NESTA CIDADE

Assunto: **Mensagem Retificativa ao PL nº 044/2024.**

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,  
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos a MENSAGEM RETIFICATIVA ao Projeto de Lei nº 044, de 02 de dezembro de 2024, que “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM A RENEGOCIAR O DESCUMPRIMENTO DAS METAS DO PIGE POR EMPRESAS QUE POSSUÍAM METAS DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA”, para alterar a redação do artigo 2º do respectivo projeto, que passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 2º.** Ficam acrescidos ao artigo 6º da Lei Municipal nº 2.499, de 29 de julho de 2003, os seguintes parágrafos:

**“Art. 6º. ...**

**§ 1º-A.** o cálculo do valor de ressarcimento será considerado de forma individual a cada ano que a empresa tinha meta.

**§ 1º-B.** Para o cálculo do valor que corresponde o incentivo no respectivo ano, deve-se dividir o valor total do benefício pelo número de anos com metas comprometidas.

**§ 1º-C.** Nos anos em que a empresa tenha atingido no mínimo 50% da meta de incremento, o cálculo do valor de ressarcimento devido ao município na forma do §1º deverá ser proporcional ao percentual da meta de empregos não atingidos relativo a cada ano; não atingindo 50% da meta de incremento o cálculo será sobre o valor total relativo ao ano em análise.

**§ 1º-D.** O valor proporcional a ser ressarcido relativo a cada ano será calculado da seguinte forma:

**I – Identifica-se a meta de empregos que a empresa beneficiada se comprometeu a incrementar em cada exercício;**



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

***II – Apura-se a diferença entre a meta comprometida e a quantidade incrementada;***

***III - Identifica-se a relação proporcional da diferença apurada na forma do inciso II com a meta comprometida;***

***IV – Aplica-se o percentual encontrado sobre o valor correspondente ao ano em que não foi atingida a meta.***

***§ 1º-E. Nos anos em que a meta for atingida a empresa ficará isenta da devolução.***

...

***§ 6º. Quando, durante a execução das metas, sobrevir estado de calamidade pública, as empresas que tenham firmado o Programa de Incentivo à Geração de Empregos – PIGE, poderão aderir a renegociação com o Município mediante as seguintes modalidades:***

***I – Ampliação do prazo de cumprimento da meta estabelecida, sem redução de seus valores;***

***II – Devolução dos valores com aplicação de isenção nos anos em que decretado estado de calamidade pública e devolução proporcional dos valores nos anos subsequentes quando o estado de calamidade pública durar mais de 12 meses, calculados na forma que dispõe os parágrafos 8º, 9º e 10 deste artigo.***

***§ 7º. A adesão da empresa na regra prevista no inciso II do §6º deste artigo, independe do atingimento da meta, e implicará na devolução proporcional do valor do benefício calculado, por cada ano compromissado.***

***§ 8º. Para o cálculo previsto no §7º deste artigo, deverá ser identificado o valor correspondente a cada ano.***

***§ 9º. Identificado o valor de cada ano na forma do §1º-B deste artigo, o valor de devolução será calculado conforme as seguintes regras:***

***I – No ano em que esteja decretado estado de calamidade pública, desde que a empresa tenha atingido 50% da meta do total de empregos mantidos pela empresa, será isentada a devolução;***

***II – Quando não atingido 50% da meta do total de empregos mantidos pela empresa no ano em que esteja decretado o estado de calamidade pública, adotar-se-á as seguintes regras:***

***a) Será identificada a média de empregos que a empresa manteve durante o ano somando-se o resultado de empregos informados no sistema oficial do governo federal em cada mês e dividido por 12;***



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

*b) Obtido o resultado, deverá ser calculado sua proporcionalidade em relação à quantidade total de empregos previsto para o respectivo ano;*

*c) A relação percentual entre os empregos que não foram mantidos e incrementados e o total de empregos previstos para o respectivo ano será aplicada sobre o valor correspondente ao ano da devolução.*

*III - Quando o período de calamidade pública superar 12 meses, aplicar-se-á a forma de cálculo do inciso II deste parágrafo para os anos subsequentes ao que tenha encerrado o estado de calamidade pública,*

**IV. Nos anos em que o Estado de Calamidade Pública for sucedido por estado de emergência em decorrência da mesma situação original, a regra prevista no inciso II será aplicada da seguinte forma:**

*a) – No 1º ano que suceder ao estado de calamidade pública, estando mantida a situação de emergência, a empresa será isentada do ressarcimento relativo a ele;*

*b) – Nos anos que sucederem ao da situação de emergência na hipótese da alínea a deste inciso, ainda que esta seja mantida, o cálculo será procedido na forma do caput deste artigo.*

*IV – Nos anos em que atingido 100% da meta prevista, a empresa não ficará obrigada a devolver o valor calculado na forma do inciso I deste artigo;*

*§ 10. Os valores nominais encontrados serão atualizados na forma do §2º deste artigo, com data de início da correção e juros na data do desembolso pelo município.*

*§ 11. O pagamento do valor apurado deverá ser realizado no prazo máximo de 10 dias contados da assinatura da adesão à renegociação sob pena de revogação do benefício autorizado pela presente Lei, devendo a empresa devolver o valor integral do benefício concedido de forma corrigida conforme determina a Lei Municipal.*

**Art. 3º.** As regras desta Lei aplicam-se às situações que tenham ocorrido durante a Pandemia da COVID-19 e as enchentes do ano de 2024.

**Parágrafo Único.** As empresas que se enquadrem na forma do caput terão até o dia 31 de março de 2025 para aderir às regras de renegociação previstas no artigo 6º da Lei Municipal nº 2.499, de 29/07/2023, na redação dada por esta Lei.

Altera-se a numeração sequencial dos artigos no projeto original.

Mantém-se a redação dos demais dispositivos do PL 044, de 02 de dezembro de 2024.



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Certos de contarmos com sua compreensão, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,  
Prefeito Municipal.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DA23-0186-DD3B-D3A7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI (CPF 440.XXX.XXX-25) em 09/12/2024 15:24:10 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/DA23-0186-DD3B-D3A7>